

AMAZÔNIA VIVA!

Nº 2

OUTUBRO DE 2007

Esta é a segunda edição de *Amazônia Viva!*, com as últimas notícias sobre o trabalho de implementação da moratória sobre novos desmatamentos para plantio de soja na Amazônia brasileira.

Em abril de 2006, o Greenpeace publicou o relatório 'Comendo a Amazônia', que expôs a ligação entre a soja presente na cadeia de suprimentos de multinacionais de alimentos e a destruição da floresta Amazônica. O relatório provocou uma aliança entre produtores de soja, redes de supermercados e de fast-food que, juntamente com o Greenpeace e organizações da sociedade civil, se uniram para mudar o panorama de destruição. Respondendo a esta pressão, as maiores traders de soja que atuam no Brasil anunciaram a moratória, em julho do ano passado.

Com este boletim, o Greenpeace espera manter a indústria de alimentos e do agronegócio informada sobre o progresso da moratória. Também esperamos encorajar outras empresas a se juntarem aos esforços desta aliança para salvar a Amazônia.

● Aniversário de 1 ano: de São Paulo para o mundo



Floresta Amazônica no Pará. O ritmo acelerado de destruição da Amazônia está provocando grande perda de biodiversidade, além de ser uma fonte significativa de emissão de gases do efeito estufa. Proteger as florestas primárias remanescentes é fundamental para combater as mudanças climáticas, manter o modo de vida de milhões de pessoas e grande parte da biodiversidade do planeta. © Greenpeace/Beltra

No dia 24 de julho, o Greenpeace, outras ONGs, a Abiove (Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais) e várias empresas de alimentos se reuniram em São Paulo para marcar o primeiro aniversário da moratória da soja. Durante a reunião, os participantes reafirmaram seu apoio à iniciativa, enfatizando o grande potencial que a moratória oferece para proteger a Amazônia.

O evento, que contou com sessões para informar o público sobre o progresso da iniciativa (veja página 2), também contou com a participação de representantes dos governos federal e estaduais, do setor empresarial e da mídia. Empresas como McDonald's, Marks & Spencer e Cadbury Schweppes participaram do evento via videoconferência, juntamente com representantes do governo alemão e do IFC

(International Finance Corporation, o braço privado do Banco Mundial).

"Nós reconhecemos que não há tempo a perder para proteger a Amazônia. O primeiro ano desse esforço tem mostrado progressos positivos, e nós estamos comprometidos em assegurar que ele continue. Uma vez que algumas medidas vão levar mais que os dois anos anunciados para a duração da moratória, nós esperamos que a iniciativa continue em vigor até que esteja totalmente implementada", disse Rebecca Jaramillo, gerente de qualidade do McDonald's Europa.

A contribuição positiva feita pelo McDonald's foi enfatizada por Paulo Adario, coordenador da campanha da Amazônia, do Greenpeace. O governo brasileiro também elogiou o sucesso

- da moratória. Johannes Eck, subchefe da Casa Civil, ressaltou o envolvimento oficial do governo federal na iniciativa.

Mesmo com um longo caminho a percorrer antes de acabar com o desmatamento na Amazônia, todos os participantes reafirmaram seu compromisso com os objetivos da moratória – mesmo que isso demande mais que os dois anos pré-estabelecidos. Carlo Lovatelli, presidente da Abiove, expressou sua determinação

em estabelecer e implementar, com a ajuda do governo federal, um plano de governança para controlar a produção de soja no bioma Amazônia. “Nós gostaríamos que isso acontecesse até julho de 2008, mas, se não acontecer, continuaremos pelo tempo necessário”, disse Lovatelli.

A gravação em vídeo da conferência, com áudio em inglês, pode ser assistida em www.collaborate.com.br/abiove.

● Moratória da soja – um ano depois



Paulo Adário, coordenador da campanha da Amazônia, do Greenpeace, fala com empresas internacionais durante video-conferência realizada no evento do primeiro aniversário da moratória da soja, em São Paulo. À sua esquerda, Carlo Lovatelli, presidente da ABIOVE. © Greenpeace/Baleia

A moratória da soja apresentou bons resultados em seu primeiro ano: as ferramentas necessárias para sua implementação foram identificadas e o Grupo de Trabalho da Soja (GTS) foi estabelecido, com a participação de representantes das traders de soja (liderada pela Abiove), de ONGs ambientais e movimentos sociais. Além disso, muito foi feito para construir o diálogo e estabelecer uma relação de confiança entre a indústria da soja, a sociedade civil e o governo federal. Uma série de demandas, incluindo cadastramento de terras, licenciamento ambiental e zoneamento, foi apresentada ao governo federal, que apóia e está envolvido na iniciativa.

Mesmo assim, ainda há muito a fazer para garantir a implementação efetiva da moratória e assegurar a proteção permanente da floresta. Mais ainda: a adoção urgente de um sistema de monitoramento efetivo torna-se necessária para garantir que a produção de soja não resulte em novos desmatamentos. As ONGs envolvidas no Grupo de Trabalho da Soja já questionaram formalmente a Abiove sobre o atraso na implementação do sistema de monitoramento. Sem ele, a indústria é incapaz de garantir que a soja que comercializa não venha de áreas recém-desmatadas.

Um monitoramento bem sucedido e o cumprimento efetivo da legislação ambiental, especialmente em áreas críticas na fronteira da expansão agrícola dependem da rápida verificação do

registro de propriedades rurais e de um sistema de licenciamento ambiental para estas propriedades em todos os estados amazônicos. O registro de terras, embora obrigatório, tem sido amplamente ignorado, enquanto o licenciamento ambiental está limitado para alguns poucos estados.

O governo brasileiro assumiu agora o compromisso de ajudar a pressionar pelo desenvolvimento desse sistema. Um workshop no final de outubro vai permitir que governos federal e estaduais, produtores e organizações da sociedade civil discutam os detalhes do sistema de licenciamento. As traders de soja também devem apresentar um sistema de mapeamento e monitoramento, a ser aprovado. A partir daí, a intenção é priorizar o mapeamento, registro e licenciamento ambiental das propriedades rurais nos municípios produtores de soja dentro do bioma Amazônia, em particular aqueles que se encontram no ‘Arco do Desmatamento’, no norte do Mato Grosso e Sudoeste do Pará.

Quando uma fazenda entrar no sistema de licenciamento, será obrigada a fornecer o mapa georeferenciado da propriedade, identificando a área produtiva e as áreas de proteção. De acordo com o Código Florestal brasileiro, pelo menos 80% da propriedade deve manter sua cobertura florestal original. A informação do mapa será então confirmada por imagens de satélite e usada no monitoramento de novos desmatamentos.

Para contribuir para o sucesso do sistema, as traders de soja precisam garantir que seus fornecedores cumpram com o compromisso. No Mato Grosso, estado onde o sistema de licenciamento ambiental já existe, apenas 20% das propriedades foram registradas. Por isso, será necessário tempo e esforços para completar o processo em toda a Amazônia.

Até que o cadastro, mapeamento e monitoramento das propriedades sejam implementados, a indústria de alimentos que utilizam soja e seus derivados devem continuar pressionando seus fornecedores para que o cultivo do grão não promova novos desmatamentos.

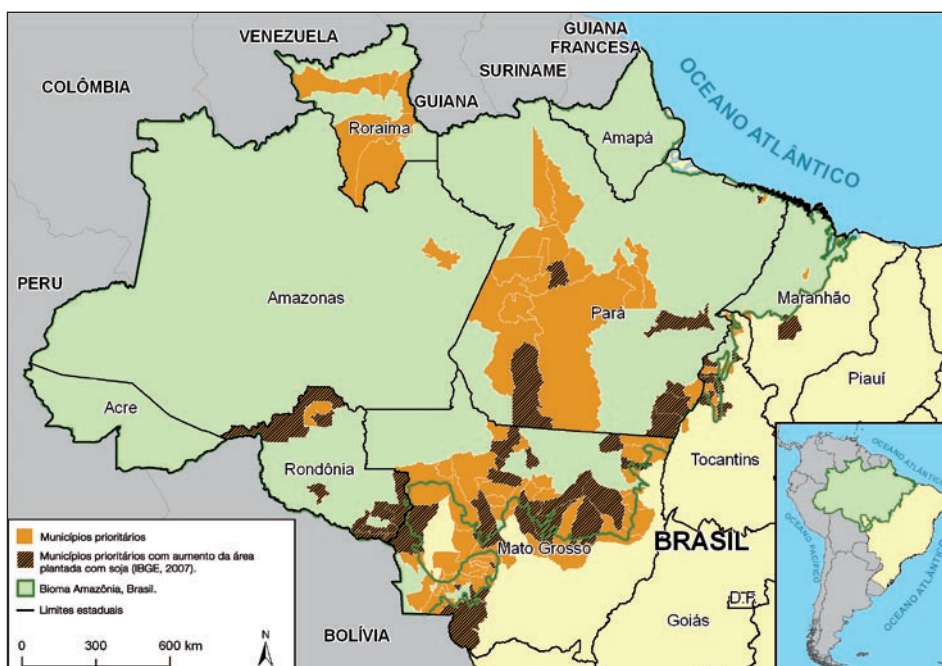
Devido ao ritmo de destruição na Amazônia, uma moratória de dois anos é pouco para proteger a floresta e o clima global. Os passos promissores que a moratória já deu para uma proteção de longo prazo para a Amazônia devem ser acelerados e tornados permanentes, se quisermos garantir o futuro da floresta. Se a moratória da soja se provar bem-sucedida para reduzir o desmatamento, ela será um forte estímulo para outros setores do agronegócio adotarem iniciativas semelhantes.

Além da moratória da soja, o Greenpeace continuará sua campanha contra o plantio de transgênicos na Amazônia e em qualquer outro lugar, pedindo que a indústria de alimentos continue proibindo a entrada de soja transgênica em sua cadeia de suprimentos.

Municípios prioritários para o monitoramento conforme acordado pelo Grupo de Trabalho da Soja e o governo federal

Apesar da área plantada com soja no Brasil como um todo ter sido menor durante a safra 2006-2007 em comparação com o período anterior, a área plantada com soja no bioma Amazônia aumentou cerca de 340 mil hectares, apesar da queda generalizada no desmatamento na região.

© Greenpeace



● Tendências do desmatamento: novos desafios à vista

Nos últimos 40 anos, cerca de 17% da floresta Amazônica foram destruídos, o equivalente a uma área maior do que a França. O desmatamento contribuiu significativamente com o aquecimento global, podendo trazer secas prolongadas para várias regiões do Brasil, com redução da produtividade agrícola do País e graves impactos econômicos e sociais.

Em agosto, o governo federal anunciou que o desmatamento da Amazônia, no período entre agosto de 2006 e julho de 2007, é estimado em 9.600 quilômetros quadrados, a taxa mais baixa desde que o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) iniciou o monitoramento, em 1988. Este é o terceiro ano consecutivo de queda dos números da área total desmatada.

Medidas governamentais, como a criação de áreas protegidas e o aumento do controle exercido pelas agências governamentais, juntamente com a queda dos preços de commodities agrícolas, contribuíram para a redução do desmatamento. Entretanto, o recente aumento dos preços da soja e da carne e o iminente boom da produção de biocombustíveis brasileiros podem voltar a pressionar a região amazônica.

Além disso, há sinais de que essa pressão já está começando a se fazer sentir. O Imazon (Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia) desenvolveu um novo método para gerar mapas de desmatamento e estatísticas mensais usando imagens de satélite: o Sistema

de Alerta de Desmatamento (SAD). O desmatamento detectado pelo SAD no estado do Mato Grosso entre maio e julho de 2007 reverteu a tendência de queda demonstrada em 2006/07 em toda a região, tendo aumentado 200% em relação ao mesmo período do ano passado.

Esse crescimento é reforçado pelo aumento no número de focos de queimadas observados ao longo da Amazônia inteira entre julho e setembro, em comparação com o mesmo período de 2006. Este aumento renovado nos índices de desmatamento – possivelmente empurrado pelo aumento no preço das commodities – reforça a necessidade de um monitoramento efetivo.

● Sete anos para zerar o desmatamento na Amazônia – ONGs mostram como

O Greenpeace e outras oito organizações não-governamentais lançaram, no início de outubro, uma proposta ambiciosa para zerar o desmatamento na Amazônia até 2015. A proposta, inédita, é estabelecer um amplo compromisso entre diversos setores do governo e da sociedade brasileira que permita adotar ações urgentes para garantir a conservação da floresta Amazônica. No entanto, este objetivo só será alcançado com o envolvimento do governo federal, dos estados amazônicos e do setor privado, e seu sucesso depende de ação internacional para disponibilizar incentivos econômicos para pagamento de serviços ambientais prestados pela floresta.

A ministra de Meio Ambiente Marina Silva, os governadores do Mato Grosso Blairo Maggi, e do Amapá Waldez Góes, bem como representantes de outros estados amazônicos, estiveram presentes ao evento.

“Estamos presentes para apoiar com firmeza o programa que viabilize o fim do desmatamento na Amazônia, com o desenvolvimento de fundos que possam contribuir de forma importante para o desenvolvimento de atividades que mantenham a floresta em pé”, afirmou o presidente do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), Luciano Coutinho.

Segundo as ONGs, os incentivos econômicos provenientes de investimentos e do pagamento por serviços ambientais devem ser voltados para o fortalecimento da governança florestal, incluindo monitoramento, controle e fiscalização, promoção do licenciamento rural e ambiental para propriedades rurais, e criação e implementação das unidades de conservação e terras indígenas. Incentivos econômicos também são necessários para otimizar o uso de áreas já desmatadas e compensar financeiramente os atores sociais responsáveis pela manutenção das florestas (povos indígenas, comunidades locais, populações tradicionais, agricultores familiares e produtores rurais).

● Mapeamento das florestas e do desmatamento



Vista aérea de área queimada e desmatada no Pará, em agosto de 2007. Grandes áreas de florestas são convertidas em plantações ou pasto na Amazônia. © Greenpeace/Beltra

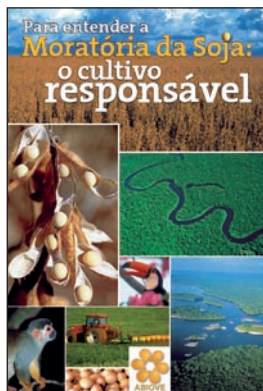
Em agosto de 2007, o Inpe lançou os dados necessários para a produção do mapa-base para implementação da moratória. Esse mapa mostra o retrato do desmatamento na época do anúncio da moratória, em julho de 2006. Pela comparação do mapa com imagens do monitoramento via satélite, será possível identificar os novos desmatamentos.

Nos municípios prioritários que têm estado na linha de frente da expansão da soja (conforme definido pelo Grupo de Trabalho da Soja – veja mapa), serão realizadas visitas de campo por representantes da Abiove para verificar se há soja sendo plantada em novas áreas desmatadas. As traders de soja devem excluir as propriedades infratoras de suas listas de fornecedores.

A implementação abrangente do sistema de licenciamento ambiental vai permitir um monitoramento mais efetivo – a produção dos mapas de cada propriedade possibilitará a identificação remota dos responsáveis pelos desmatamentos.

● Comunicação com os produtores

O Grupo de Trabalho da Soja lançou uma cartilha informativa com o objetivo de aumentar a conscientização dos produtores para o cumprimento da moratória, incluindo informações sobre o sistema de licenciamento já em vigor no Mato Grosso e outros estados (que será a base do novo sistema para a Amazônia) e sobre o Código Florestal. A publicação também apresenta alternativas de melhores práticas ambientais e agronômicas.



O conteúdo da cartilha também está resumido em um cartaz de fácil visualização. O objetivo é distribuir o material entre produtores, órgãos fundiários, autoridades locais e instituições públicas que trabalham com os produtores rurais.

Capa da cartilha para produtores rurais distribuída pela Abiove e pelo Grupo de Trabalho da Soja.

PRÓXIMOS EVENTOS

OUTUBRO

30 & 31

Oficina sobre Licenciamento Ambiental Rural e Regularização Fundiária na Amazônia Legal, em Brasília, organizada pela Casa Civil da Presidência da República e pelo Grupo de Trabalho da Soja.

AJUDE A SALVAR A AMAZÔNIA, APÓIE A MORATÓRIA

Não há tempo a perder para evitar a destruição da floresta amazônica. A indústria de alimentos e o agronegócio devem assumir sua responsabilidade e se engajar na busca de soluções para barrar o aquecimento global e a perda de biodiversidade. Cada vez mais, os consumidores cobram essa postura pró-ativa das empresas – afinal, o futuro da Amazônia e a estabilidade do clima global dependem dessas ações. Por isso, o Greenpeace espera que mais empresas se comprometam com a aliança que provocou a moratória, e ajudem a enfrentar o desmatamento da floresta amazônica.

Para saber como aderir à moratória, contate consumidor@br.greenpeace.org

Publicado pelo Greenpeace Brasil

R. Alvarenga, 2331 – São Paulo
SP – 05509-006
Av. Joaquim Nabuco, 2367 – Manaus
AM – 69020-031
Email: consumidor@br.greenpeace.org
www.greenpeace.org.br

Impresso em papel reciclado.